

ENTREVISTA COM A PROFESSORA THERESA MARIA DE FREITAS ADRIÃO

Dra. Márcia Cossetiniⁱ

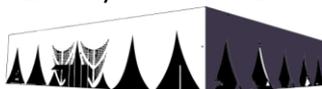
Dra. Cassia Alessandra Domicianoⁱⁱ

Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredoⁱⁱⁱ

Theresa Maria de Freitas Adrião é graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1988), mestra (1995) e doutora (2001) em Educação pela mesma Universidade e Livre Docente pela Universidade Estadual de Campinas (2016). É professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação da UNICAMP. Realizou estágios pós-doutorais de pesquisa na OREALC/UNESCO (2004 -2005) na Universidade de Maryland, com apoio da Fapesp (2013-2014), e na Universidade do Minho (2015-2016). Desenvolve pesquisas na área de política educacional, com ênfase em gestão e financiamento da educação básica, incluindo estudos sobre privatização. Publicou diversos livros e artigos sobre os temas de investigação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE/UNICAMP) e a Rede Latino Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPE/<https://www.rede.fe.unicamp.br/pt-br>). Integra as seguintes entidades acadêmicas e científicas: Associação Nacional da Pós-Graduação em Educação (Anped), da qual foi Coordenadora do GT-5 Estado e Política Educacional de 2015 a 2019; Vice diretora Estadual/SP da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae); Integrante da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca) e Centro de Estudos Educação e Sociedade. Editora da Revista Educação e Sociedade. Bolsista PQ/CNPq - 2010 a 2017 e 2020 a 2023.

1. *Prezada Prof.^a Dr.^a Theresa Adrião, seus estudos e pesquisas têm versado sobre as políticas educacionais e, em especial, sobre os processos de privatização da educação básica pública. Considerando sua trajetória, poderia contar a origem de seus estudos e pesquisas sobre a temática?*

R. Estimadas muito obrigada por esta oportunidade. Dialogar, com pesquisadores e pesquisadoras por meio desta iniciativa é, sem dúvida, um privilégio, ao mesmo tempo em que se coloca como um desafio, posto que necessariamente terei que selecionar as informações que constituirão este diálogo. Com essa ressalva, gostaria primeiramente de destacar a importância de colaborar com a disseminação de um esforço realizado por um grupo grande de pesquisadores e de estudantes que, desde os meados dos anos 2000, vem tentando entender um fenômeno que, naquele

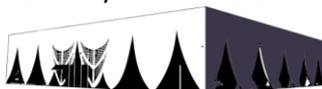


momento, parecia a muitos irrelevante ou, no mínimo, uma temática marginal para pesquisas em política educacional. Recordo que já em minha tese de doutorado, defendida na FEUSP em 2001 e publicada em 2006¹, indicava como uma das principais consequências da reforma da educação paulista levada a cabo pelo governo do PSDB durante o período de 1995-1998, a introdução de um novo padrão de gestão pública apoiado no que se denominava “parcerias público-privado”. Destaco que as medidas adotadas pelo governo paulista anteciparam o que o governo federal propôs com o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), temática suficientemente tratada por diversos autores no final dos anos 1990 e começo dos 2000, entre os quais destaco os trabalhos de Vera Peroni. Anunciava-se uma tendência associada aos processos de globalização econômica e orientações neoliberais, que de forma desigual combinava estratégias de diminuição da ação estatal por meio de sua privatização, lamentavelmente mais onerosas para as sociedades periféricas nas quais a ação estatal para a conformação de direitos sociais era incipiente, como a brasileira, posto que aqui, a Constituição Federal de 1988 pós ditadura, anunciava tardiamente um Estado de direito em embrião. Naquele período, como docente do Departamento de Educação da Unesp de Rio Claro e já no Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), coordenei entre 2005 a 2009 a pesquisa interinstitucional ESTRATÉGIAS MUNICIPAIS PARA A OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: UMA ANÁLISE DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADO NO ESTADO DE SÃO PAULO², financiada pela Fapesp. A pesquisa foi concluída em 2013. Nela se operacionaliza uma perspectiva de análise que tem pautado minhas investigações: o desenvolvimento de pesquisas empíricas e por vezes exploratórias, dada o ineditismo das temáticas no Brasil, cujo resultado, além de artigos, teses e dissertações é a publicização de dados organizados para a sociedade em geral, como se pode ver no banco de dados sobre Privatização da Educação em Municípios Paulistas³. Além desse aspecto, esta pesquisa deu início à chave de análise para os processos de privatização que acabei por formalizar em minha tese de Livre Docência em 2015 e que se referem às dimensões da política educativa que são privatizadas: gestão educacional; oferta educativa e currículo. Atualmente, todavia, as incertezas decorrentes da crise global desencadeada pelo Coronavírus certamente abalarão alguns elementos estruturantes da sociedade tal qual a conhecíamos e vai alterar as condições de produção e reprodução da vida cunhada no final do século XX...mas não cabe aqui esgrimir tentativas de

¹ ADRIÃO, Theresa. **Educação e Produtividade**: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado. São Paulo: Xamã, 2006.

² Disponível em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/pesquisas>

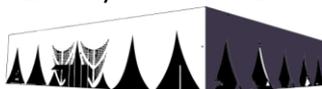
³ Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/banco_de_dados_sobre_privatizacao_da_educacao_em_municipios_paulistas?page=3



explicações em qualquer direção, salvo a certeza de que teremos profundas mudanças na sociedade pós-pandemia da COVID-19.

2. *A partir de 2019, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE, que coordena, está desenvolvendo o projeto de pesquisa “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil: atores, programas e consequências para a Educação Pública”, em continuidade a projetos anteriores. Em que aspectos o projeto pretende colaborar para o entendimento da privatização? Quais os principais desafios? Quais Universidades estão envolvidas?*

R. No projeto de pesquisa em andamento, que se constitui na segunda fase de pesquisa concluída em 2018 pelo GREPPE, com apoio da FAPESP e da Fundação Friedrich-Ebert-Stiftung (FES), damos continuidade à análise de programas ou políticas educacionais desenvolvidas no âmbito dos governos estaduais, das redes estaduais de ensino que nós caracterizamos como processos de privatização. Entendemos privatização da educação básica, na perspectiva de Belfield & Levin (2004), como a transferência da responsabilidade de ativos, ou seja, de escolas, equipamentos, estruturas, etc. para o setor privado ou a transferência da responsabilidade sobre a garantia de determinada política pública para o setor privado ou para atores privados. Ou seja, os processos de privatização não se limitam a estratégias mercantis e transferência de dimensões da educação para organizações privadas, mas considera também a privatização dos processos educacionais, por exemplo, de *homescholling* pelo qual a oferta educativa e a formação das novas gerações é retirada do âmbito de uma dada coletividade, da esfera pública, e transferida para a esfera privada, para o âmbito das famílias. O projeto atual - “Análise do mapeamento das estratégias de privatização da Educação Básica no Brasil: atores, programas e consequências para a Educação Pública” - tenta, a partir do levantamento realizado por estudantes e pesquisadores do GREPPE, para o período de 2005 a 2018, analisar a capilaridade e a frequência com que os principais programas, pensados e/ou operados pelo setor privado de natureza corporativa, ou seja, com fins de lucro ou associados à organizações lucrativas, funcionam nos diferentes estados do Brasil e no Distrito Federal. Busca-se ainda analisar diferentes aspectos e dimensões da incidência dos atores privados nas redes estaduais de ensino e as consequências para a educação pública em sua etapa obrigatória, a partir dos resultados disponíveis na plataforma Mapeamento da Inserção do Setor Privado nas redes estaduais de Educação (2005-2018). Na primeira fase do projeto (2005-2015), mapeamos, inventariamos os programas e os atores privados associados a empresas ou como tal constituídas. Não estamos preocupados com organizações da sociedade civil em geral ou organizações religiosas, que tradicionalmente ou historicamente são

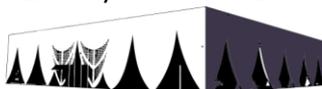


subsidiadas pelos fundos públicos para ofertar modalidades da educação básica, em geral modalidades asseguradas como direito, mas não integrantes da etapa obrigatória. Nesta segunda fase, integrada por um grupo ampliado de pesquisadores: professores das universidades federais – Universidade Federal de Rondonópolis, da Paraíba, do Rio de Janeiro, do Paraná, Uberlândia e de Campina Grande - e das estaduais paulistas - Unesp, USP-Ribeirão Preto e Unicamp; estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes núcleos da pesquisa. Nesta fase, buscamos caracterizar os principais programas em cada estado com vistas a perceber as implicações destes programas para a realização do Direito Humano à Educação, para captar, refinar ou compreender essas consequências. Considero importante destacar neste espaço de divulgação científica, que um dos produtos do projeto é a disponibilização para consulta pública de uma plataforma⁴, construída pelo GREPPE, que os pesquisadores e outros interessados podem acessar para localizar e identificar a presença dos atores privados nas suas redes estaduais, considerando as diferentes dimensões da privatização (gestão, oferta e currículo).

3. *Desde sua constituição em 2005, o GREPPE tem como prática a realização de seminários de pesquisas para colocar em discussão, apresentar as investigações sobre privatização. Em agosto de 2019, no VII Seminário Internacional de Pesquisa do GREPPE foi lançada a Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPE), da qual é fundadora e coordenadora executiva. Quais foram os principais objetivos da ReLAAPPE no enfrentamento do processo de privatização? Quem compõe ou pode compor a ReLAAPPE?*

R. A ideia da ReLAAPPE resultou de contatos que venho construindo com pesquisadores da África, América Latina, Portugal e USA que estudam o tema da privatização e do direito à educação e são comprometidos com os problemas educacionais do Sul-Global. A ideia que mobilizou a composição da rede foi articular de uma forma mais orgânica esse conjunto de pesquisadores com os quais dialogava individualmente. O papel da Campanha Latino-americana para o Direito à Educação foi importante para este fim. Não é uma rede grande e nem é essa a pretensão. São pessoas que estudam e se contrapõem a esses processos dialogando com pesquisadores das periferias do mundo. Não são, portanto, pesquisadores de economias centrais que estudam os fenômenos que acontecem aqui, mas são pesquisadores associados ao sul global que articulada e horizontalmente buscam entender melhor e se contrapor a

⁴ Plataforma disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao



esses fenômenos. Acredito, que embora tenha havido uma tendência globalizada de ampliação dos processos de privatização, pelo menos nos países ocidentais, a maneira pela qual os diferentes contextos sofreram as consequências dessas orientações globais, ou a maneira pela qual os diferentes contextos traduziram essas orientações e elaboraram formas distintas e específicas de privatização, relaciona-se com a história desses contextos e as condições sociais e culturais específicas. Então, são os pesquisadores desses lugares que devem e precisam ser escutados e legitimados no entendimento desses fenômenos. É uma forma também, acredito, de nos contrapormos a uma supervalorização da produção acadêmica e científica que é realizada nos países ricos. Nós também desenvolvemos pesquisas de qualidade e produzimos ciência e precisamos fazer com que essas pesquisas sejam potencializadas, para além das nossas fronteiras. Em linhas gerais, a ideia da ReLAAPPE é essa e suas motivações podem ser acessadas em <https://www.relaappe.fe.unicamp.br/pt-br>.

4. *O GREPPE tem ficado conhecido pela realização de pesquisas coletivas na área de privatização. Destaque outras atividades que o grupo vem desenvolvendo para além das pesquisas.*

R. O GREPPE tem uma tradição. Ele nasce como um Grupo de Estudos e Pesquisas interinstitucional. Um grupo de estudos, prática difícil de ser mantida em função do volume de tarefas a que estudantes e pesquisadores têm se envolvido, mas, eu, particularmente, acho fundamental, a gente tenta fazer isso aqui em Campinas, na Unicamp. Vale lembrar que os encontros de estudos são integrados por estudantes de todos os níveis e coordenados por pesquisadores formados pelo GREPPE. Na Unicamp, desde 2015, o Grupo é coordenado por mim e pela prof.^a Selma Venco. Uma outra característica que nos acompanha é a pesquisa “implicada”, ou seja, os integrantes são ativistas em diferentes frentes e o grupo, em seus seminários de pesquisa, se posicionam publicamente a respeito de temas de política educacional relacionados aos seus âmbitos de investigação. Para conhecer esses posicionamentos, convido ao acesso às Cartas Abertas produzidas no IV Seminário Internacional de GREPPE de 2014 e outra em 2017. Além disso, o GREPPE também se posiciona politicamente sobre determinados temas de conjuntura, fundamentado naquilo que tem pesquisado. Um exemplo recente deste vigor vivemos em Campinas, protagonizado por uma das pesquisadoras do GREPPE e ativista da rede municipal – Lucia Ceccon. Percebe-se a potencialidade das decisões coletivas no processo de problematização de uma política municipal que se impunha de cima para baixo. Pensou-se em formas de crítica ao modelo de escola Civil Militar



proposto para Campinas. A afirmação das instâncias colegiadas do sistema educacional de Campinas, o papel do Conselho Municipal de Educação e do Conselho da Escola e o exercício de mecanismos democratizadores da tomada de decisão como assembleias com a comunidade, ou seja, instâncias coletivas presentes na estrutura do Sistema de ensino permitiram o acesso à informação, a conscientização e, por fim, uma decisão qualificada a respeito desse modelo de escola. Tem ainda as contraposições recentes aos *vouchers* assinadas por pesquisadores e entidades da educação que intitulamos *Verba Pública para Escola Pública* e a outra relacionada ao conteúdo da *Emenda Constitucional 03/2019 ao novo FUNDEB* e mais localmente nossa moção contra o Programa “Creche para Todos” instituído em Campinas-SP, em 2019⁵. Sobre o Grupo, um artigo de 2012, publicado no *Jornal de Políticas Educacionais*⁶ apresenta um pouco mais de nossa história. Enfim, nós tentamos atuar na realização das pesquisas, na formação de novos pesquisadores e na articulação com a sociedade civil e com a sociedade científica na contraposição aos processos de privatização e a ReLAPPE vem tentar, também, potencializar estas dimensões da atuação de pesquisadores/as engajado/as, para outros contextos.

5. *Com base em suas pesquisas e produções, como o artigo “Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais”, publicado em 2018, na Revista Currículo sem Fronteiras, v. 18,⁷ poderia expor o conceito e as formas de privatização da Educação encontradas no contexto brasileiro?*

S. R. Esse artigo deriva da minha livre docência intitulada *Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica*, defendida em 2015 na Unicamp e que vem sendo publicada na forma de artigos. Um deles é este que saiu na revista *Currículo sem Fronteiras* em um dossiê organizado por mim e pela prof.^a Vera Peroni, baseado em estado da arte sobre privatização da educação que cobriu publicações no período de 1990 a 2014. O estudo inventariou quatro bases: Banco de Tese da Capes; Repositórios de universidades brasileiras intencionalmente selecionadas; Scielo-Br e *Web of Science*. O ano de 1990 se justificou pelo Lançamento em Jomtien do documento *Educação para Todos* e 2014 foi o ano que antecedeu a defesa da tese de

⁵ Esses documentos podem ser acessados nos respectivos links: <https://groupe.wordpress.com/carta-aberta-groupe/>; <http://www.anped.org.br/news/nota-gt-05-e-anped-verba-publica-para-escola-publica>; <http://www.anped.org.br/news/nota-de-pesquisadores-e-entidades-da-educacao-alerta-ao-conteudo-da-emc-032019-ao-novo-fundeb>; https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2019/12/nota-sobre-creche-para-todos_campinas-2019.pdf

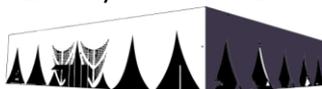
⁶ Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/32275>

⁷ Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>



livre docência⁸. O conjunto inventariado me permitiu sistematizar as produções relacionando-as às três dimensões das políticas educacionais, consideradas para efeito de análise, sobre as quais a privatização incide, lembrando que em certo sentido essas dimensões estavam anunciadas na pesquisa de 2005. Trata das dimensões da oferta educacional, da gestão da educação pública e do currículo. Da análise das produções inventariadas, tentei construir uma “matriz” com as formas de privatização da educação obrigatória apontadas nos estudos. Além dessa chave de análise, considero importante apresentar as justificativas que desenvolvo no artigo para o uso do termo “privatização” no lugar de parcerias público-privado, que adotava em trabalhos anteriores. Sua adoção busca englobar o conjunto de medidas e as formas pela qual, direta e indiretamente, a educação obrigatória vem se subordinando aos interesses de corporações ou de organizações a estas associadas. Afirmo que não se trata de “formalismo terminológico” na medida em que busca conceituar processos sociais que podem se apresentar em fase embrionária tendo em vista a financeirização da economia, agora associada às crises e dificuldades da pandemia do Coronavírus. Passei a questionar a adoção da expressão do termo “parceria” na medida em que me dei conta de que se tratar de acobertamento das relações concretas decorrentes desses processos, que nada tem de horizontais, amigável ou colaborativa como os termos parceria/parceiros induzem. Bem, em termos gerais, posto que o detalhamento não caberia nesta resposta, em relação às formas de privatização da educação obrigatória, pois é deste âmbito da educação escolar que o estudo tratou, construí uma matriz síntese a partir dos “tipos” identificados nos estudos. A matriz está organizada a partir das dimensões da política. Sinteticamente, tem-se a privatização da oferta via o financiamento público a organizações privadas para subsídio à oferta educacional; o estímulo à educação privada via programas de incentivo à escolha parental, como *voucher*, *charter* ou *homeschooling*. No Brasil estas três últimas formas não existiam até a realização desta entrevista. Mas destaco que as “adequações” que os sistemas de ensino e as escolas privadas estão fazendo diante da suspensão das atividades escolares por conta do Coronavírus aqueceram os defensores da educação domiciliar e podem potencializar a adoção desses formatos de educação. As formas de privatização da gestão educacional são as mais frequentes nas redes públicas brasileiras. Quando se trata da privatização da gestão dos sistemas, de redes, de conjunto de escolas, é que aparecem as parcerias público-privadas, é por meio dessa ferramenta de mobilização do fundo público via PPP que sistemas mais amplos de escolas são transferidas para organizações privadas lucrativas, só por meio de PPP no caso do

⁸ O levantamento está sendo atualizado com a ajuda de um orientando – Andrey Mori de Iniciação Científica e pretendemos atualizar os dados até 2018.



Brasil. Não temos aqui entre nós a transferência de sistemas para organizações sem fins de lucro, mas identificada em algumas Comunas Chilenas ou em alguns estados americanos. Entretanto, temos tido acenos nessa direção por parte de alguns governantes subnacionais de transferirem a gestão de sistemas de ensino para Organizações Sociais ou assemelhados. Um último conjunto de formas de privatização diz respeito à privatização do currículo por meio da compra pelos governos de insumos curriculares, especialmente digitais, ou pela adoção de desenhos curriculares concebidos pelo setor privado para “implantação” em redes públicas. Tendem a crescer também com a disseminação das estratégias de acompanhamento das atividades curriculares remotamente que, em geral, não correspondem a metodologias de Educação à distância. Penso que essas formas de privatização dos insumos curriculares, por meio do uso de tecnologias educacionais desenvolvidas, geridas e operadas pelo setor privado está sendo extremamente potencializada neste momento de isolamento social. Grande parte das escolas públicas não tinham plataformas digitais ou tecnologia digital para garantir essa interface com os estudantes nas suas casas e os governantes vem sendo procurados pelo setor privado para aquisição ou compra dessas ferramentas, com recursos públicos, ou sendo incentivados à adoção de uma das maiores plataformas educacional do mundo que é o *Google Education*, adotada por escolas públicas e privadas.

6. *O FUNDEB permanente é uma das pautas mais importantes para a Educação neste ano de 2020. Seria este o momento histórico de tornar o FUNDEB permanente, principalmente quando se pensa em propostas de parlamentares que incluem os vouchers e a aprovação da transferência de recursos públicos ao setor privado, inclusive o setor lucrativo?*

R. Mais uma vez a resposta a esta questão demandará sua adequação a este contexto de pandemia. Até o momento a urgência, de sua votação pelo Congresso parece ter sido postergada considerando as necessárias adequações do orçamento às exigências de enfrentamento da pandemia. Nesta conjuntura, as propostas que poderão ser apensadas à Emenda Constitucional de criação do FUNDEB permanente podem ser um “tiro no pé” na educação obrigatória e fragilizar ainda mais a destinação dos fundos públicos para a educação pública, para a escola pública. Estamos vendo insto com a introdução pela Deputada Dorinha, do Democratas⁹ que propôs uma Emenda Constitucional regulamentando o *homeschooling* no país¹⁰. Destaco, ainda, a Emenda Constitucional 3/2019 que “altera o

⁹ Deputada Federal do Partido Democratas-TO. Dorinha é professora universitária da Fundação Universidade de Tocantins (Unitins).

¹⁰

Disponível

em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=534328>



art. 3 da PEC 15/2015 e o art. 213 da Constituição Federal para possibilitar que estados e municípios optem por direcionar parte dos recursos do FUNDEB para organizações da sociedade civil e para financiar bolsas de estudo em instituições de ensino privadas”, enviada pelos Deputados Federais Tiago Mitraud (NOVO-MG) e Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ) proposta sobre a qual o GREPPE, a ReLAAPE, entidades e pesquisadores do tema se posicionaram contrários por meio de nota¹¹. Por último, tem-se a ideia de contabilização do salário-educação na complementação da União, medida que retoma estratégia experienciada, ao menos em parte, durante o FUNDEF e que serviu para mascarar o limitado compromisso do governo federal com o aporte proporcional ao que arrecada para a educação obrigatória. Ao mesmo tempo, sabemos que o FUNDEB tem vigência até dezembro deste ano. Penso que nossas entidades precisarão considerar que houve uma alteração nas agendas, inclusive na destinação dos fundos públicos. Neste momento em que se está começando a entrar no que o Ministério da Saúde e aqui em São Paulo tem chamado do crescimento da pandemia no Brasil, como ajustar a pauta do FUNDEB e a defesa de mais recursos federais para o custeio da educação básica? Sinceramente, acho que a agenda está muito confusa aprofundando a histórica disputa dos fundos públicos pelas políticas e programas setoriais no momento em que os recursos são ou deveriam ser priorizados para a manutenção das vidas e a sobrevivência em isolamento social. Um exemplo é a destinação dos recursos da merenda escolar direcionados neste contexto para aquisição de alimentos para famílias dos estudantes. Enfim, se faz necessário ponderar elementos da conjuntura, apenas delineados aqui, que me fazem temer pelo desenho que pode resultar de um FUNDEB permanente em uma conjuntura de completa restrição orçamentária e profunda crise econômica global. Mas este é tema para outros debates.

7. *Como fundadora e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE/UNICAMP, quais ações descreveria como relevantes para promover o fortalecimento da Educação Pública, Laica e Gratuita, de qualidade socialmente referenciada, bem como o enfrentamento da privatização no Brasil?*

R. Penso que um aspecto importante seja a defesa da escola pública. De novo, esse contexto de não-escola que estamos vivendo, se por um lado permite, potencializa os discursos privatistas de educação domiciliar ou de educação a distância etc., por outro lado permite desvelar, para uma grande maioria da população, a importância da escola e da escola pública. Primeiro isso, a escola como um espaço de formação, de encontro, de

¹¹ A nota encontra-se disponível em <http://www.anped.org.br/news/nota-de-pesquisadores-e-entidades-da-educacao-alerta-ao-conteudo-da-emc-032019-ao-novo-fundeb>



acesso, de trato com o conhecimento, com a ciência, em um mundo em que aspectos obscurantistas, anticiência, tem tido uma repercussão relativamente grande, infelizmente. Defender a escola laica como espaço de formação, de contato com o conhecimento científico, conhecimento formal, é fundamental. Então, o primeiro ponto é defender a escola pública. Um segundo ponto é uma escola pública que considere os estudantes como são e respeitem sua origem e, para isso, eu acho que a gente precisa, ainda, problematizar os usos das avaliações em larga escala porque conformam estudantes, professores e conteúdos. Penso que também precisamos colocar o humano no centro, o humano, a humanidade e a educação na escola precisam voltar-se ao que há de melhor e de humano em cada um e cada uma de nossos/as estudantes; acho que isso também é importante. De forma simplificada, trata-se de uma dimensão mais filosófica tratada por autores como Vitor Paro, meu orientador: a educação em uma perspectiva mais humanizadora também é uma forma de se contrapor à privatização porque se contrapõe a uma lógica instrumental da educação. Penso que é essa perspectiva instrumental que pode ser transmutada, transferida para coisas, porque as relações, os sentimentos e os afetos, que também compõem os processos formativos escolares, não podem. Mas se limitarmos a educação escolar apenas a transmissão de conteúdo, isso dá para ser transferido para qualquer plataforma. É necessário afirmar essa dimensão da escola também como espaço do encontro, da vida, do coletivo e da alegria e para isso precisamos de um professor/professora sensível, que seja sensível a essas crianças e jovens, especialmente aos jovens pobres, aos jovens da periferia que são, ainda, os/as mais excluídos/as. Passaram-se mais de trinta anos desde a promulgação da Constituição Federal e temos um contingente absurdo de crianças e jovens que não são cidadãos inteiramente e que ainda são “expulsos” das escolas mesmo que a matrícula seja obrigatória. Por fim, essa escola pensada pela população que a utiliza exigiria democratização de sua gestão, entendida como a definição de prioridades por parte do conjunto que a compõe: pais, professores, estudantes, equipe técnica, funcionários e conselhos, como a exemplificada pelo caso das escolas Civil Militares que foi barrada pela atuação de pesquisadora do GREPPE e militante da rede de Campinas que relatei. Nessa experiência, a escola se percebeu como esfera com capacidade de decidir e isso potencializou a gestão da escola. Os envolvidos não serão os mesmos, aqueles estudantes não serão os mesmos, a gestora não será a mesma. Ainda acredito que as experiências educativas como as vividas no governo municipal de Luiza Erundina em São Paulo precisariam ser “replicadas”. Em resumo: primeiro valorizar a escola, valorizar os processos democráticos de decisão na escola, valorizar uma escola que pense, que priorize as relações entre as pessoas e a formação do ser humano, do/a cidadão/ã. Nós, como pesquisadoras,



nosso campo é o do estudo, da investigação implicada e da construção de elementos para auxiliar a fundamentação das tomadas de decisões, mas isso precisa ocorrer em diálogo com quem está elaborando e vivenciando as políticas: a sociedade civil, conselhos de educação, parlamentares e sindicatos.

Entrevista concedida em abril de 2020.

Márcia Cossetin

Cassia Alessandra Domiciano

Ireni Marilene Zago Figueiredo

ⁱ Professora Adjunta do Instituto de Ciências Humanas e Sociais - ICHS - no Departamento de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional – Greppe/Unicamp/UFMT, Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPPE/Unioeste e o Grupo de Estudos e Pesquisa em Estado, Políticas Educacionais e Infância – GEPPEIN/UEM. É Membro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE).

ⁱⁱ Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional (Greppe), na Universidade Estadual de Campinas e da Universidade Federal de Mato Grosso e o Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE-UFPR). É Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca).

ⁱⁱⁱ Professora do Colegiado do Curso de Pedagogia e do Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Cascavel. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPPE.

